



# AVALIAÇÃO UNIFICADA

## CADERNO DE QUESTÕES

### INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Tempo máximo para entrega da prova: 2 horas
- Tempo mínimo para entrega da prova: 1 hora

**CURSO/PERÍODO**

**DIREITO - 10º PERÍODO - DATA: 16/09/2016**

## **GABARITO RASCUNHO**

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D
31	A	B	C	D
32	A	B	C	D
33	A	B	C	D
34	A	B	C	D
35	A	B	C	D
36	A	B	C	D
37	A	B	C	D
38	A	B	C	D
39	A	B	C	D
40	A	B	C	D

Disciplina: Direito Previdenciário  
Prof<sup>a</sup>.: Laurinéia Borges

### Questão 01

Sobre a Lei Eloy Chaves, assinale a alternativa correta:

- a) A Lei Eloy Chaves, que criou em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, foi o primeiro ato normativo a tratar de seguridade social no Brasil.
- b) A Lei Eloy Chaves, que criou em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, foi o primeiro ato normativo a tratar de previdência social no Brasil.
- c) A Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo n.º 4.682/1923), considerada o marco da Previdência Social no Brasil, criou as caixas de aposentadoria e pensões das empresas de estradas de ferro, sendo esse sistema mantido e administrado pelo Estado.
- d) Em 24 de janeiro de 1923, foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei Elói Chaves, que é considerada, no Brasil, um marco inicial da criação do plano de metas na saúde.

### Questão 02

Assinale a opção que contenha os elementos que compõem o nosso sistema de proteção social:

- a) saúde, maternidade e assistência social.
- b) assistência social, previdência social e previdência privada.
- c) saúde, assistência social e previdência social.
- d) assistência a maternidade, previdência social e saúde.

### Questão 03

A Constituição Federal de 1988 prevê três regimes previdenciários, assinale a alternativa que contenha o principal regime previdenciário utilizado no Brasil, aquele que é obrigatório a todos que não pertencem ao regime estatutário;

- a) Regime Geral da Previdência Social
- b) Regime Estatutário
- c) Regime Complementar
- d) Previdência Complementar pública

### Questão 04

Não são segurados obrigatórios da previdência social:

- a) empregado e trabalhador avulso
- b) trabalhador avulso e contribuinte individual
- c) empregado doméstico e trabalhador avulso
- d) dona de casa e síndico de condomínio

Disciplina: Tópicos Emergentes em Direito  
Prof.: Hugo Martins

### Questão 05

A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta:

- a) de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
- b) de partido político com representação no Congresso;
- c) de um terço, no mínimo, das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;
- d) do Presidente da República.

**Questão 06**

Com o objetivo de conter o que considerava um “demandismo exagerado”, um Deputado Estadual apresentou projeto de lei dispondo que a parte vencida somente poderia interpor recurso contra decisão proferida no âmbito de Juizado Especial Cível caso realizasse o depósito prévio de 100% (cem por cento) do valor da condenação.

Instada a se pronunciar, a Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa alcançou a única conclusão que se mostrava harmônica com a ordem jurídico-constitucional brasileira, qual seja, a de que o projeto é:

- a) constitucional, já que o depósito prévio possui a natureza jurídica de taxa, o que atrai a competência legislativa do Estado;
- b) inconstitucional, pois a exigência de depósito prévio para a interposição de recurso é matéria tipicamente processual, de competência legislativa privativa da União;
- c) constitucional, desde que observadas as normas gerais editadas pela União em matéria tributária, aplicáveis aos depósitos prévios;
- d) inconstitucional, pois compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo a iniciativa dos projetos de lei em matéria tributária.

**Questão 07**

Dentre os remédios constitucionais, é correto afirmar que:

- a) habeas data será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado pelo habeas corpus, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for a autoridade pública;
- b) mandado de segurança é concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania;
- c) mandado de injunção será concedido para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante ou até mesmo, para a retificação de dados, em alguns casos;
- d) habeas corpus é concedido sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção.

**Questão 08**

No que diz respeito aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, assinale a opção correta.

- a) É admitida a interceptação telefônica por ordem judicial ou administrativa, para fins de investigação criminal ou de instrução processual penal;
- b) O duplo grau de jurisdição, no âmbito da recorribilidade ordinária, não consubstancia garantia constitucional;
- c) Os direitos fundamentais não são assegurados ao estrangeiro em trânsito no território nacional;
- d) Como decorrência da inviolabilidade do direito à liberdade, a CF assegura o direito à escusa de consciência, desde que adstrito ao serviço militar obrigatório.

Disciplina: Direito Civil - Das Sucessões Profª. Juliana Soler
---

**Questão 09**

Luciomar casa-se com Regina, pelo regime da comunhão parcial de bens, e com ela tem dois filhos: Paulo e Regildo. Após ficar viúva, Regina se casa com Luís, pelo regime da comunhão universal, e com ele tem um filho: Luizinho. Regina e Luís morrem. Em momentos posteriores, morre Paulo e, depois, Luisinho, cada qual deixando dois filhos. Último dos irmãos a morrer, Regildo era solteiro, não vivia em união estável e não deixou filhos. Como fica a partilha dos bens deixados por Regildo?

- a) Os filhos de Paulo e Luisinho, herdarão por cabeça e em partes iguais.
- b) Os filhos de Paulo e Luisinho, herdarão por representação e em partes iguais, pois não há distinção entre colaterais de mesmo grau.

- c) Os filhos de Paulo herdarão por cabeça, mas aos de Luisinho por ser irmão unilateral, caberá a metade dos demais.
- d) Os filhos de Paulo herdarão por representação, já os de Luisinho herdarão por cabeça.

### Questão 10

Assinale a alternativa INCORRETA em relação a ordem de vocação hereditária na sucessão legítima de acordo com o previsto no Código Civil de 2002:

- a) No regime de separação convencional de bens, o cônjuge sobrevivente concorre na sucessão causa mortis com os descendentes do autor da herança.
- b) No regime de separação obrigatória de bens, o cônjuge sobrevivente não tem direito à sucessão causa mortis em concorrência com os descendentes do autor da herança.
- c) A sucessão legítima defere-se ao cônjuge sobrevivente, casado no regime de comunhão parcial de bens, em concorrência com os descendentes do cônjuge falecido somente quando este tiver deixado bens particulares.
- d) O Código Civil assegura ao cônjuge sobrevivente, casado sob o regime da comunhão universal de bens, o direito à herança do de cujus em concorrência com os descendentes do falecido.

### Questão 11

O cônjuge sobrevivente sucede:

- a) Em concorrência com descendentes, independente do regime de bens em que era casado com o falecido.
- b) Em concorrência com ascendentes, somente se casado sob o regime da comunhão parcial de bens e havendo o falecido deixado bens particulares.
- c) Em concorrência com ascendentes, independente do regime de bens em que era casado com o falecido.
- d) Em concorrência com descendentes, se casado no regime da comunhão universal de bens.

### Questão 12

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Aberta a sucessão, o domínio e a posse da herança transmitem-se, desde logo, aos herdeiros legítimos e testamentários.
- b) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura daquela.
- c) A sucessão dá-se por lei ou por disposição de última vontade.
- d) O testador poderá dispor da totalidade da herança, mesmo havendo herdeiros necessários.

### Questão 13

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Até a partilha, o direito dos coerdeiros, quanto a propriedade e a posse da herança, será divisível.
- b) É eficaz a cessão, pelo coerdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente.
- c) O direito a sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o coerdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública.
- d) O coerdeiro poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, mesmo que outro coerdeiro a quisesse.

### Questão 14

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O herdeiro ou legatário pode ser excluído da sucessão se praticar contra o *de cujus* atos considerados ofensivos de indignidade, que estão consignados no Código civil.

- b) São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários que houverem sido autores, coautores, partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente.
- c) A indignidade é uma sanção civil que acarreta a perda do direito sucessório.
- d) Acusar caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrer em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro não é causa de indignidade.

Disciplina: Direito Processual Penal IV Prof <sup>ª</sup> .: Juliana Soler
---

### Questão 15

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Nulidade é o vício de que padece o ato processual ou mesmo o processo por inteiro, ao qual o legislador impõe sanção. O epicentro do sistema de nulidades é o prejuízo que o desatendimento da regra de direito pode ou não acarretar, em maior ou menor grau.
- b) O ato absolutamente nulo não comporta convalidação, é preciso que seja refeito, e bem assim todos aqueles posteriores a sua realização e que dele dependam.
- c) A nulidade absoluta deve ser declarada *ex officio* pelo magistrado, independente de qualquer requerimento específico, em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- d) A nulidade absoluta verifica-se quando o prejuízo causado pelo desatendimento da regra do direito não é tão grave, daí por que caberá à parte interessada alegar e provar sua existência.

### Questão 16

São princípios incidentes no tocante as nulidades no processo penal, EXCETO:

- a) Princípio *Pas de nulité sans grief* (não há nulidade sem prejuízo)
- b) Princípio da causalidade (a nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência)
- c) Princípio do melhor interesse do menor (criança ou adolescente)
- d) Princípio da convalidação (ou validar, atribuir ou reconhecer validade)

### Questão 17

Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São pressupostos comuns de admissibilidade objetivos de recurso, a existência de previsão legal ou tipicidade, a forma prescrita em lei e a tempestividade.
- b) O interesse não é pressuposto geral subjetivo de recursos, podendo desta forma forma qualquer pessoa ou parte interpor recurso, mesmo que este não lhe beneficie.
- c) É imprescindível que o recurso adequado e tempestivo seja interposto pela parte legítima.
- d) Se houver apenas recurso da defesa, a situação não poderá ser modificada para pior, em detrimento do réu.

### Questão 18

No tocante aos Recursos em Espécie, especificamente ao Recurso em Sentido Estrito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São hipóteses de cabimento de Recurso em Sentido Estrito, entre outras, da decisão que não receber a denúncia ou a queixa e, da decisão que pronunciar o réu.
- b) O recurso em sentido estrito como regra geral deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias e a apresentação das razões do recurso é de 02 (dois) dias.
- c) O recurso em sentido estrito permite que o próprio juiz prolator reveja sua decisão antes que ela seja reapreciada por outro órgão de instância mais elevada, ocasião em que poderá reconsiderá-la no todo ou em parte.

d) O recurso em sentido estrito como regra geral deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias e a apresentação das razões do recurso é de 08 (oito) dias.

Disciplina: Direito Processual do Trabalho  
Prof.: Christiano Vitagliano

### Questão 19

**Assinale a alternativa correta:**

- a) O procurador Geral do Trabalho é nomeado pelo Procurador Geral da República entre os integrantes da Procuradoria com mais de 30 anos de idade e mais de cinco anos de carreira.
- b) É vedado, por força constitucional, aos juízes, exercer advocacia no juízo ou Tribunal do qual se afastou, antes de decorridos dois anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- c) O juiz pode ausentar-se sem licença do presidente do Tribunal Regional
- d) n.d.a.

### Questão 20

De acordo com a jurisprudência sumulada *competete à Justiça estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente.*"

*"Competete à Justiça estadual processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente."*

- a) É uníssono na doutrina que a competência em matéria de relação de consumo é da Justiça do Trabalho
- b) A Justiça Comum Federal é competente para apreciar relação de consumo.
- c) É inverídica a afirmação se considerada a posição do do STJ.
- d) N.d.a.

### Questão 21

A doutrina e a jurisprudência tratam do tema competência no que tange ao dano moral em ricochete na hipótese de infortúnio trabalhista.

Quanto à afirmativa acima assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se dos danos morais no que tange à relação securitária
- b) Trata-se de competência da Justiça comum Federal.
- c) Trata-se de competência da Justiça Comum Estadual.
- d) N.d.a

### Questão 22

A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação possessória ajuizada em decorrência do exercício do direito de greve pelos trabalhadores da iniciativa privada.

Quanto à afirmativa acima assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de afirmação não compatível com a jurisprudência atual.
- b) Interdito proibitório segue sentido contrário em sede de competência, restringindo-se às ações possessórias.
- c) A afirmação se coaduna com posicionamento do STF
- d) n.d.a.

**Toda a educação, no momento, não parece motivo de alegria, mas de tristeza. Depois, no entanto, produz naqueles que assim foram exercitados um fruto de paz e de justiça.**